



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

3. POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA

RIO DE JANEIRO, GB. 14 DE FEVEREIRO

NO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA.
AO PARANINFAR A TURMA QUE CONCLUIU O
CURSO DE ANÁLISE ECONÔMICA.

A minha presença nesta solenidade não é somente a de participante do júbilo do Curso de Análise Econômica. Há ainda uma outra finalidade que muito me honra e me enobrece, qual seja a dos diplomandos de hoje me haverem escolhido para paraninfar a sua turma, o que, então, me concede um especial lugar entre vós.

O paraninfo compreende bem a significação da escolha, a qual ainda mais o honra e enobrece. Interpretou-a como reconhecimento do «acerto das ações do Govêrno, particularmente no campo econômico».

Eu chefiou um Govêrno que delineou um planejamento — do qual se estabeleceu um Programa de Ação — e que é constituído por equipes coesas e interpenetradas, existindo entre elas a do setor econômico-financeiro.

As ações do Govêrno, às quais o vosso distinto orador se referiu com tanta ênfase, são sempre vinculadas a um pensamento diretor e a concepções que se interligam e às quais se associam em vários setores governamentais.

O bem-estar geral da Nação é visado pela convergência de tôdas as idéias e dos esforços de tôdas as políticas de consecução. O político, o econômico-financeiro, o psico-social e o militar são meios que se associam para a conquista daquele dominante objetivo nacional.

Fizestes, pois, referência implícita a meu estilo de governança, aos Ministros de Estado e à racionalidade de nosso sistema

de trabalho. E, mais do que isso, destes um estímulo valioso a nós todos quando proclamais o acêrto das ações empreendidas pelo Governo.

Em meu nome e no de todos os meus colaboradores imediatos, particularmente os do setor econômico-financeiro, eu vos agradeço e vos asseguro que, inabaláveis, continuaremos a executar o Programa de Ação do Governo.

Não há por que nos determos, recuar ou desviar-nos. Pretendemos assim perseverar até 15 de março de 1967.

Por que mudar a política austera do Governo que objetiva, na execução orçamentária, um considerável declínio das despesas do Governo em relação ao Produto Nacional Bruto, liberando recursos para dinamização da iniciativa privada? As despesas governamentais não mais constituem, como anteriormente, a maior fonte de pressão inflacionária, destinando-se as emissões ainda feitas, no ano passado, principalmente à acumulação de reservas cambiais e à sustentação dos preços mínimos da agricultura.

Por que modificar uma política financeira que leva o *deficit* para baixo da estimativa formulada no início do exercício? É um fato que, no exercício do ano passado, as emissões de papel-moeda não se destinaram, senão em ínfima parte, a financiar o *deficit* de caixa do Tesouro Nacional. E o *deficit*, salvo a regularização de despesas de exercícios anteriores, foi de 567 bilhões de cruzeiros, financiados mediante a utilização de recursos não-inflacionários, tais como as Obrigações do Tesouro, cujo montante, vencendo o descrédito dos títulos públicos, foi superior a 300 bilhões de cruzeiros, e a utilização do aumento do saldo de depósitos de autarquias e entidades públicas no Banco do Brasil, num total de cêrca de 210 bilhões de cruzeiros.

Por que abandonar uma política que permitiu ao Governo, em face da situação precária em que se encontram várias unidades da Federação, conceder empréstimos a Estados e Municípios no montante de quase 200 bilhões de cruzeiros?

Compreendestes êsses aspectos positivos, entre muitos outros, da ação do Governo e nos aquinhoastes com o vosso decidido apoio, que encerra, sem dúvida, especial relêvo.

Em primeiro lugar, pela projeção nacional dêste Curso, que, alicerçado em currículo da maior importância, granjeou respeito. As turmas que aqui se formam saem munidas de um aprimorado instrumental de trabalho, aptas para o exercício de suas atividades técnicas nos distintos setores da vida nacional. Ocuparão, por certo, posições, tanto no setor público, quanto no setor privado, e contribuirão decisivamente para a solução de problemas brasileiros, através do uso de modernas técnicas de pesquisa e análise aqui adquiridas.

De outro lado, porque esta solenidade e êste Curso se realizam no Conselho Nacional de Economia, que encontra, no estudo, no debate e na contribuição assídua e eficaz, a essência de sua profícua existência. Êste órgão se encontra em singular posição no arcabouço institucional do Governo, que, confiante na sua capacidade técnica e isenção científica, lhe vem solicitando tarefas das mais complexas e importantes. Todo o sistema de correção monetária, implantado pela atual Administração, repousa em sua eficiência operacional. Outras tarefas de igual magnitude lhe foram atribuídas. A exposição geral da situação econômica do País, que êste órgão faz publicar, constitui valioso documento, um repositório de úteis observações sobre o comportamento da economia nacional.

O Presidente da República sente-se feliz ao constatar, em oportunidades como esta, que uma nova geração de brasileiros se capacita, através de estudos e esforços, e se lança, com ânimo, empenho e confiança, em direção ao objetivo nacional, de progresso e de bem-estar social.

Ao encerrar esta solenidade, congratulo-me com o Conselho Nacional de Economia pela realização de mais um Curso de Análise Econômica, fazendo votos para que os benefícios desta atividade possam alcançar um maior número de universitários, de todos os Estados da Federação.

Aos diplomandos auguro feliz êxito em suas tarefas profissionais e que sejam mais outros elementos idôneos na grande luta pelo saneamento das finanças do Brasil e pelo seu desenvolvimento econômico.